

## **Pesquisa de relações étnico raciais no ensino médio - uma experiência num Instituto Federal no RJ.**

Autora: Aline da Silva Azevedo de Carvalho

(Instituto Federal Fluminense IFF/ Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ – [aline.azevedo@iff.edu.br](mailto:aline.azevedo@iff.edu.br))

### **Introdução**

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, contatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, 1997.

A epígrafe acima marca uma das inúmeras reflexões emblemáticas da obra *Pedagogia da autonomia*. Nela Freire aposta na imbricação ensino e pesquisa em educação e nos inspira a investir no papel de professores pesquisadores.

A respeito do exercício da pesquisa na educação básica, Candau (2012:10) argumenta que ela deve ser assumida como uma atividade orgânica da escola. A autora aponta fatores como contrato de trabalho; tempo para pesquisa; apoio financeiro e infraestrutura física como condições para que a pesquisa se realize. Antes de trabalhar em regime integral em um instituto federal, confesso que fazer pesquisa se tornava mais complicado por não poder contar com os fatores elencados pela referida autora.

Nesse sentido os Institutos Federais (Ifs), criados pela lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008 já tem traziam desde sua criação o tripé ensino pesquisa e extensão na base de seu funcionamento, como aponta o documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC):

O fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação ciência/tecnologia e teoria/prática, na **pesquisa como princípio educativo e científico**, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (Setec, 2008, p. 32).

O desafio nos Ifs como escolas que oferece formação técnica, mas que se preocupa com a formação integral dos estudantes como cidadãos, seria de conforme Frigotto e Ciavatta (2003:58), o

de fugir de uma “educação do cidadão produtivo”. Segundo os autores, nesse tipo de educação “o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva” e de tal forma se distancia do que eles denominam de “projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos”.

Investir na pesquisa, desde a educação básica, pode, a meu ver, contribuir para construção de projetos sociais alternativos. Mas por que pesquisar relações étnico raciais na escola básica? A professora Nilma Gomes (2005:146) aponta que muitos educadores pensam que discutir relações raciais não é tarefa da educação. Porém tal posicionamento parece, dentre outros aspectos, ignorar o papel da escola na discussão de temáticas que contemplem o processo de formação humana.

Candau (2012:.8) acrescenta ainda que como educadores somos desafiados a promover a “desconstrução e desnaturalização de preconceitos e discriminações” e nosso papel imprescindível em “problematizar o caráter monocultural e o etnocentrismo que, explícita ou implicitamente, estão presentes na escola e impregnam os currículos escolares”.

## **Metodologia**

Aponto o IFF como instituição que incentiva a pesquisa por destinar parte da carga horária dos docentes à pesquisa; podemos anual/semestralmente, desde que tenhamos mestrado concluído, nos tornar orientadores de projetos de pesquisa e extensão. Outro fator que pode motivar /possibilitar a pesquisa é o regime de dedicação exclusiva, que permite que nós professores permaneçamos em um só campus.

Como mulher negra, pesquisadora e professora de língua estrangeira e por ter realizado mestrado em Linguística Aplicada em questões raciais na escola, propus em 2015 um projeto de pesquisa intitulado “Raça e etnia na contemporaneidade”. Esse projeto tem financiamento de bolsas Faperj e CNPq.<sup>1</sup>

No decorrer do triênio 2015-2017 passaram pelo projeto quatro bolsistas, alunos do curso técnico em edificações do IFF. Uma das bolsistas iniciou como voluntária, até conseguir bolsa do CNPq. Alguns dos temas pesquisados foram:

- Corpo e cabelo na contemporaneidade – 2015.
- Contribuições africanas nas ciências – 2016.
- Reflexão sobre o eurocentrismo na educação escolar – 2017.

Dentre as atribuições desses estudantes/pesquisadores elenco:

- Leitura da legislação oficial sobre relações étnico como as leis 10. 639 e 11.645 e o Estatuto da Igualdade racial e discussão de artigos diversos sobre raça e etnia na contemporaneidade;

---

<sup>1</sup> Agradeço a FAPERJ e CNPq pela oportunidade concedida aos bolsistas e a mim, por poder orienta-los com um incentivo financeiro para a pesquisa.

- Construção de relatórios, resenhas, resumos;
- Apresentação de trabalhos e organização de eventos;
- Integração com outros grupos de pesquisa e extensão;
- Participação em eventos internos e externos na instituição e amadurecimento no que tange a discussão de relações étnico raciais na atualidade

## Conclusões/Resultados

Finalizo o texto retomando uma importante reflexão de Candau (2012:18) em relação à pesquisa:

Temos entendido que a pesquisa pode representar um componente a mais na formação do professor. Ela pode conferir ao professor uma ótima condição para o exercício de uma atividade criativa e crítica, onde há o questionamento, mas, também, a indicação de soluções para os problemas investigados. Mas para isso é preciso superar os obstáculos, sendo um deles a própria formação docente. Como formar profissionais práticos, reflexivos, capazes de analisar, de teorizar sobre suas ações, e, mais do que isso, de pesquisar?

Corroboro com a autora que ao pesquisar, exercemos uma atividade criativa e crítica, e que o ato de pesquisar pressupõe a superação de desafios que vem desde nossa formação. Entretanto, ao assumirmos, conforme na epigrafe de Paulo Freire, que os “que-fazer” se encontram um no corpo do outro, percebemos que não há como dissociar ensino e pesquisa. Eles são indissociáveis.

Acrescento aqui parte dos depoimentos finais de duas estudantes<sup>2</sup> que passaram pelo projeto Raça e etnia na contemporaneidade durante os anos de 2015-2017:

- **Renata**, a primeira bolsista afirmou em dezembro de 2016: *Como bolsista adquirir conhecimento, sobretudo a respeito de como os povos africanos contribuíram para o nosso desenvolvimento intelectual. Estudar em tempo integral e fazer parte de projetos de pesquisa é bem desafiador, pois os horários são bastantes apertados para fazer as reuniões, mas mesmo assim obtivemos um grande êxito nas pesquisas com todos os trabalhos desenvolvidos que foram citados acima.*
- **Joana**, inicialmente voluntária em 2016 e bolsista CNPq em 2017: *Primeiramente, agradeço o CNPq pela iniciativa de impulsionar e levar jovens a projetos, principalmente de pesquisa, sabendo da importância e maturidade que projetos desse nível podem proporcionar, mudando a realidade de tantos jovens que felizmente tiveram essa oportunidade, bom seria se todos os jovens brasileiros tivessem essa oportunidade.*

---

<sup>2</sup> Apesar de já terem terminado o ensino médio e serem maiores de idade, os nomes dos estudantes são fictícios.

Esses depoimentos trazem reflexões sobre a importância da pesquisa na educação básica (ensino médio) desses estudantes e nos motivam a permanecer pesquisando e percebendo o impacto que a iniciação científica pode ter na vida deles. Hoje essas duas meninas são alunas da UFF e já entrarão na universidade com uma experiência em pesquisa.

### Referências.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF: MEC, 2003.

\_\_\_\_\_. MEC/Setec. **Concepção e diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF: MEC, 2008.

CANAU, V. M. F. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. Educ. Soc. [online], 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

GOMES, N. L. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. Superando o racismo na escola, v. 2, p. 143-154, 2005.